



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM**

**Memória da 52ª reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de
Políticas para as Mulheres – PNPM**

Local: Ministério das Comunicações, Salão Nobre

Data: 16 de setembro de 2014

Horário: 9h às 12h

Presentes:

1. Adriana Rosa dos Santos - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
2. Ana Cândida Medeiros - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
3. Ângela Fontes - SPM/SAIAT
4. Bárbara Campos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
5. Carla de Paiva Bezerra - Secretaria Geral - SG/PR
6. Cátia Adriana Macedo Siqueira - Secretaria de Comunicação - Secom/PR
7. Coronel Rodrigo Martins Prates - Ministério da Defesa - MD
8. Cristina Gross Villanova - Ministério da Justiça - MJ
9. Dalila Fernandes Negreiros - Secretaria de Políticas de Igualdade Racial - SEPPIR/PR
10. Derlinda Vieira de Souza - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
11. Flávia Bustamante - Banco do Brasil - BB
12. Ivonildes Lima de Oliveira - Ministério de Minas e Energia- MME
13. Juliana Moraes Góes - Ministério das Comunicações - MC
14. Laura Berdine Santos Delamonica - Ministério das Relações Exteriores - MRE
15. Leila G Ollaik - SPM/assessoria da Secretaria Executiva
16. Lourdes Maria Bandeira - SPM/Secretária-Executiva
17. Luana Grillo - SPM/SEV
18. Lucia Helena Rincón Afonso - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM
19. Magaly Correia Marques - Casa Civil/PR
20. Márcia Maria de Sá Miranda - Caixa Econômica Federal - CAIXA
21. Maria Aparecida Schumacher - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM
22. Maria do Rosário Cardoso – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
23. Maria Júlia Martins - SPM/SAE
24. Marília Gabriela Villarreal Goulart - Ministério da Cultura- MinC
25. Natália Fontoura – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea
26. Raquel Castanheira - Ministério da Saúde - MS
27. Raquel Rizzi - Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
28. Sheila Sabag - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM
29. Silvana Ferreira - Secretaria de Comunicação - Secom/PR
30. Thereza de Lamare - Ministério da Saúde - MS

A Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, Lourdes Maria Bandeira, abriu a reunião dando boas vindas aos presentes e ressaltando a importância do monitoramento da agenda transversal “políticas para as mulheres”, a fim de aumentar a visibilidade política dessas ações que são tão fundamentais para ao desenvolvimento do Brasil com mais igualdade de gênero. Reforçou que conforme a pauta o objetivo desta 52ª reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM é dar continuidade e avançar no monitoramento da implementação das ações do PNPM em todos os ministérios bem como compartilhar entre todos os presentes, para troca de experiências de sucesso, as atividades que vem sendo desenvolvidas pelos comitês de gênero ministeriais.

A representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Maria do Rosário Cardoso, iniciou a rodada de apresentações sobre o estado do monitoramento das ações do PNPM apresentando a todas as presentes o aplicativo *ppamaisbrasil.planejamento.gov.br* via internet, mostrando onde estão as informações que foram preenchidas durante o primeiro semestre, referentes ao monitoramento das ações do PNPM; distribuiu um *folder* com os principais resultados desse monitoramento, extraídos do aplicativo em questão; reforçou a necessidade de prover o máximo de informações possível com recorte de gênero no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; e esclareceu que as atualizações encaminhadas desde a 51ª reunião não entraram para acesso público para manter no aplicativo a mesma versão que foi entregue ao Congresso Nacional, mas que serão disponibilizadas em novembro, quando da realização do Fórum Interconselhos, atualizando assim o relatório de monitoramento do PNPM.

Com essa explicação, ficou esclarecida a colocação da representante do Ministério da Cultura, Marília Gabriela Villarreal Goulart, que havia questionado sobre as informações que haviam sido enviadas e não estão constando no aplicativo. Maria do Rosário (MP) explicou que houve a decisão política de não fazer a atualização para manter no aplicativo as mesmas informações que forem entregues ao Congresso Nacional, mas que as informações foram importantes, são relevantes, estão alimentadas, ainda não estão expostas com o intuito de manter a mesma situação das informações que foram entregues ao Congresso, mas que na próxima divulgação, em novembro, serão entregues ao público, então estarão aparecendo no SIOP, no relatório da Agenda Transversal Políticas para as Mulheres.

A representante do Ministério das Comunicações, Juliana Morais Góes, mostrou no aplicativo aonde é possível localizar metas, iniciativas e objetivos do Plano Plurianual, e quais constam de descrição qualitativa mais detalhada das ações governamentais.

A Conselheira Lúcia Rincón, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM neste Comitê, mencionou que haverá a IV Conferência Nacional das Mulheres em 2015, e que o balanço do PNPM é fundamental para subsidiar as discussões dessa conferência.

A representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Raquel Rizzi, também se manifestou para ressaltar a importância do preenchimento das informações com o maior detalhamento e a maior clareza possíveis, para o melhor aproveitamento e o melhor uso dos relatórios extraídos do SIOP.

Maria do Rosário (MP) mencionou ainda que em novembro haverá a 53ª reunião deste Comitê, que será a última reunião do comitê PNPM de 2014, haverá também a reunião do CNDM, e além dessas será realizado o Fórum Interconselhos, ressaltando a importância de o balanço da implementação das ações do PNPM estarem completas,

atualizadas e disponíveis no SIOP antes da realização dessas três reuniões, encerrando um balanço da implementação do PNPM para o período 2013-2014.

A Secretária Lourdes Maria Bandeira (SPM), em resposta às colocações da Conselheira Lúcia Rincón (CNDM), mencionou que o objetivo da conferência de 2015 não será fazer um novo plano, mas sim fazer um balanço do PNPM atual e articular parcerias e ações conjuntas para avançar em determinadas políticas, assim como para exercer pressão em busca de mais recursos para a agenda das políticas para as mulheres.

A Conselheira Sheila Sabag, também representante do CNDM no Comitê PNPM, reforçou que as cobranças dos movimentos sociais são de fato constantes e muito grandes, que as políticas nacionais não chegam aos municípios, que as ações do primeiro PNPM (2004-2007) até hoje nem foram iniciadas em muitos municípios, e que as demandas dos movimentos sociais em uma IV conferência a ser realizada em 2015 serão ainda as mesmas demandas apresentadas em conferências anteriores. Os organismos de políticas para mulheres - OPMs, que são 680 em todo o Brasil, mesmo eles, não implementam as ações do PNPM, pois não têm recursos e não têm equipe. Apenas 15% dos OPMs existentes têm condições de implementar ações. Então é preciso analisar de que forma os OPMS e também os conselhos estaduais podem contribuir, por exemplo, abrindo editais para os municípios apresentarem projetos e acessarem recursos. Lembrou a todas ainda que as conferências começam nos municípios, para depois serem realizadas nos estados e finalmente culminarem na conferência nacional.

A Secretária Adjunta da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM – SAIAT/SPM, Ângela Fontes, constatou que sempre há a demanda de um sistema nacional de políticas para as mulheres. O PNPM reflete as políticas, mas seria preciso desenvolver um sistema como o Sistema Único de Saúde - SUS, ou como o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para que seja possível haver um sistema para as políticas para mulheres, que permita que as ações cheguem até os municípios, para termos ações sendo implementadas desde o governo federal até os governos municipais. Além disso, lembrou também que de fato os municípios nem sempre conseguem aplicar os recursos, visto que a SPM faz as transferências dos mesmos e, muitas vezes, estes não conseguem aplicar os recursos, por um conjunto de fatores que impedem a implementação adequada.

A Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM/PR) acrescentou, sobre esse assunto, que as pessoas que estão nos OPMs necessitam de mais qualificação, inclusive com capacitação voltada à perspectiva feminista. Muitas vezes o recurso é devolvido por falta de gestão adequada, tanto técnica como de qualidade. É preciso qualificar melhor para gestão pública ser bem mais eficaz.

A representante do Ministério da Justiça, Cristina Gross Villanova, mencionou que gerencia dois fundos, sendo um deles o Fundo Nacional de Segurança Pública, e que o Ministério da Justiça acabou de fechar as propostas dos projetos Proteja e Mulheres da Paz. Informou ainda que foram cadastradas mais de cem propostas, foram habilitadas menos de trinta dessas propostas, e foram consideradas aptas a receber recursos apenas uma parcela pequena dessas propostas. Na pontuação, quando existe um conselho da mulher, o município pleiteante ganha um ponto a mais, mas mesmo assim foram apenas doze as propostas aprovadas (menos de 12%). Após essa seleção, ainda há a fase de análise, onde cada projeto é submetido a questões técnicas e ajustes necessários. Esse exemplo é para mostrar que trabalhar a questão da gestão é fundamental, para obter sucesso na aplicação dos recursos direcionados. Já há várias iniciativas, como o Fórum Nacional de Ouvidores, vários deputados que atuam fazendo emendas voltadas para

projetos específicos, e diversos esforços para capacitação de gestores municipais para uso do Sistema de Convênios do governo federal, o Siconv. As pessoas têm muita dificuldade com o Siconv, que é a ferramenta obrigatória para acessar recursos. Ressaltou ainda que há pouca parceira com a sociedade civil. Mesmo nas poucas organizações não governamentais que conseguem finalmente acessar os recursos, ao final da análise geralmente é preciso solicitar a devolução de todo o recurso, porque foi aplicado irregularmente ou não foi aplicado. Há um grave problema de falta de *expertise*. É preciso um esforço conjunto sobre como trabalhar essas questões, como buscar junto aos órgãos de controle o como fazer. Talvez um caminho fosse ter um grupo específico para capacitar pessoas para captação de recursos e também e principalmente para execução e prestação de contas.

A Conselheira Maria Aparecida Schumacher, também representante do CNDM neste Comitê PNPM, manifestou concordância com o entendimento de que é preciso pensar em como fazer a análise das políticas implementadas e como fazer capacitação para inscrever projetos em editais e para executar as políticas na ponta. Schumacher (CNDM) concordou que ao final da última conferência, que foi a III Conferência Nacional, realizada em dezembro de 2011, todas acharam que o modelo estava esgotado, mas quando a SPM propuser um modelo diferente para a IV conferência em 2015, com certeza haverá reclamação e resistência. Sobre o balanço do PNPM, é ainda muito difícil saber o que foi feito em cada estado e mais difícil ainda saber o que foi feito em cada município. Uma política para as mulheres, 80% dos recursos vem do governo federal e, se der certo no município, os aplausos são para o prefeito, mas se der errado, a culpa é do governo federal. É preciso ter mais clareza até sobre essas questões.

A representante do Banco do Brasil, Flávia Bustamante, ratificou essa dificuldade de aplicação de recursos em programas e projetos desenvolvidos em parcerias, e relatou que também o BB convive com essa realidade nas ações que desenvolve para o desenvolvimento sustentável.

Juliana Góes (MC) constatou que as dificuldades que vêm sendo elencadas não são exclusivas da agenda das políticas para as mulheres, sendo um problema geral, em todas as áreas de políticas públicas. Fazem parte de como funciona a gestão, devido à falta de conhecimento das pessoas sobre o funcionamento governamental. Por não conseguirem entender, não conseguem fazer um acompanhamento das ações. Deu o exemplo do programa referente às cidades digitais do MC, que funciona com três níveis, e que também encontra muita dificuldade, pois se muda um prefeito, o MC tem de começar tudo do zero, sendo que a cada dois anos começa-se tudo de novo. Relatou um caso onde um município que sofreu troca de governo municipal e era oposição ao governo federal se recusou a fazer a implementação da política. Tudo o que está sendo tratado na reunião sobre a agenda das políticas para as mulheres é muito comum em todas as áreas de políticas públicas. Trata-se de um problema de gestão geral, o problema de a população não entender o funcionamento das políticas, e de falhas na intervenção política. É preciso intercalar todos os atores para implementar políticas. Apesar de termos uma série de dificuldades para articular e implementar com atores que muitas vezes não estão qualificados, existe o ponto positivo desse esforço, porque por mais que seja complicado articular, e seja muito mais fácil tomar decisões centralizadas, a participação é fundamental para a boa construção, para mapear os problemas gerais e para criar parcerias.

A Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM) reforçou que houve expansão da gestão em todos os níveis, com mais ramificação e trabalhos em redes. As políticas que envolvem mais atores são mais complexas e exigem maior participação da sociedade

civil. E há também maior demanda de controle social, que está posto, por uma série de mecanismos, institucionalizados ou não, que traz demanda de mudanças. Mudanças são sempre difíceis. É preciso desenvolver mecanismos cada vez mais complexos para fazer o controle do Estado e para garantir que as ações do Estado sejam transparentes. É um esforço coletivo, mas tem havido melhoras nítidas, como o marco regulatório das Organizações não governamentais – Ongs, que possibilita melhorias para recuperar a legalidade de muitas Ongs que se perderam nos passivos.

A representante da Seppir, Dalila Negreiros, fez dois comentários. O primeiro foi sobre o Senappir, que estava dentro do estatuto da igualdade racial, criou um sistema de implementação e acompanhamento, mas sem especificar como esse sistema iria funcionar. Ou seja: foi criado o sistema, mas sem o fundo, sem nenhuma especificação. A parte ruim é óbvia: ainda está tudo indefinido e operamos com convênios. A parte boa é que ajudou a estruturar a política minimamente. Muitos estados mimetizam a estrutura do governo federal. Então minimamente o sistema ajudou a dar uma forma. O primeiro edital do sistema saiu no início do ano, mas a qualidade dos projetos deixou muito a desejar. A Seppir organizou em parceria com a SPM o prêmio Lélia Gonzalez. Apesar das muitas pendências, o prêmio foi realizado, e tem formato mais simples. Mas houve problemas. Apesar da divulgação, foram poucos os projetos que chegaram. A ideia original seria premiar 22 organizações, mas houve 28 inscritas e, dessas, apenas catorze habilitadas. Das catorze, dez estavam com pendências. Conseguimos que as dez sanassem as pendências até o dia do pagamento do prêmio. É um desafio grande. Conhecemos as organizações, achamos que todas vão se inscrever, mas na hora de executar é difícil, e temos de devolver recursos.

A Conselheira Lúcia Rincón (CNDM) argumentou que é a estrutura do Estado que leva as organizações à posição de não apresentarem projetos, não se mobilizarem mais, porque não conseguem responder a tantas diligências ao final, isso porque fazer projeto é muito difícil. A Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM) concordou afirmando que até os alunos de mestrado e doutorado da UnB encontram dificuldade para elaborar projetos!

A Secretária-Adjunta Ângela Fontes (SPM) relatou sobre a dificuldade de fazer ajustes em planos de trabalho que estão em diligências, com atendimentos detalhados por telefone, para que seja possível ter um projeto de acordo com o apoio financeiro disponível. Isso ocorre tanto com Ongs quanto com municípios. Em muitos municípios há apenas uma pessoa que inscreve no SiConv todos os projetos de todo o município. Já foi dito várias vezes que é preciso capacitar mais pessoas para inscrever projetos no SiConv. A Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM) afirmou que o problema é que há uma responsabilidade que isso traz, pois quando um servidor municipal inscreve um projeto no SiConv ele assume a responsabilidade pela prestação de contas desse projeto até o final.

A representante do Ministério da Cultura, Marília Goulart, trouxe a experiência do MinC através do Sistema Nacional de Cultura. Na Secretaria de Articulação Institucional existe uma Coordenação Geral que desenvolve ações de qualificação de gestores, em parceria com universidades federais. Propôs discussão no governo sobre os sistemas nacionais. Mencionou que os sistemas municipais funcionam, às vezes, com uma pessoa que é a gestora de todas as pautas transversais em cada município. Os desafios dos sistemas nacionais é um assunto importante a ser discutido nas conferências. Não basta criar o sistema, a qualificação do gestor é fundamental.

A representante do Ministério da Justiça, Cristina Gross Villanova, solicitou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão organize um curso *on line* para mobilizar a sociedade civil, mulheres nos municípios e nos estados, para capacitação, incentivando assim melhorias nessa situação.

A Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM) retomou a discussão sobre a conferência a ser realizada em 2015, explicando que as conferências sempre foram pensadas para elaboração de um plano de políticas para as mulheres, mas que como o PNPM está em vigor e sendo implementado, seria interessante que se considerasse, para a próxima conferência, um tema específico tal como: participação social, criação de sistema de políticas para as mulheres, capacitação para convênios etc. Essa ideia já vem sendo sugerida por determinados grupos sociais. Uma vez que, como já foi mencionado aqui, as demandas já não são tão diversas e a possibilidade de concentrar mais em certas prioridades poderia ajudar a melhor direcionar as reivindicações, assim como os recursos. A maioria das demandas continua sendo as mesmas e já estão contempladas nas mais de quatrocentas ações do PNPM. Portanto, fica a sugestão de que seria interessante que a próxima conferência tivesse um núcleo, um tema, como a “participação na gestão pública”, para canalizar as propostas e ter melhores e inovadores resultados.

A Secretária-Adjunta Ângela Fontes (SPM) respondeu à Marília Goulart (MinC) que quando pensamos em sistema vemos a importância de termos coordenadorias. Os organismos de políticas para mulheres normalmente estão vinculados a secretarias municipais de assistência social. É importante que o sistema dê mais voz aos gestores municipais das políticas para as mulheres. Mesmo que não seja uma secretaria municipal de políticas para mulheres, mesmo que seja apenas uma coordenação, que essa esteja ligada ao gabinete do prefeito, porque possibilita sentar em uma mesa de articulação e fazer a transversalidade.

Juliana Góes (MC) argumentou que é fácil para uma pessoa que está no governo, principalmente quando ela estava em movimento social anteriormente, fazer o monitoramento. Mas se a pessoa não tem a vivência do movimento social, fica difícil compartilhar da pauta do movimento e até mesmo de compreender de que esse movimento pode sim participar. Foi um ganho muito forte para o governo conseguirmos ter criado os mecanismos de controle, de cobrança, fortes. Mas a gestão ainda não evoluiu, ainda não entenderam que não é preciso ter medo do movimento social.

Encerrando esse item da pauta, ficou combinado que cada membro do Comitê PNPM enviará para os endereços eletrônicos leila.ollaik@spm.gov.br e camila.firmino@spm.gov.br, até 31 de outubro, as atualizações do que foi realizado em 2014 das implementações das ações do PNPM.

A próxima reunião deste Comitê PNPM será em novembro, para o balanço da implementação do PNPM em 2014. Em novembro também haverá reunião do CNDM (dias 4 e 5) e reunião do Fórum Interconselhos. Ambos CNDM e Fórum Interconselhos farão uso desse balanço que o Comitê PNPM fechará para sua próxima reunião.

Passou-se então para o segundo ponto da pauta: relatos dos Comitês de Gênero nos ministérios.

Ministério das Relações Exteriores (MRE): O primeiro comitê a prestar informações foi o criado mais recentemente, o do MRE. Laura Delamonica (MRE) relatou o processo de criação do comitê de gênero e agradeceu a indicação de nomes de especialistas que farão a primeira capacitação dos membros do comitê, que será no formato de uma

semana de palestras e debates, para trazer temáticas importantes. O comitê de gênero do MRE é composto por homens e mulheres das várias carreiras do Itamaraty. A primeira missão é a elaboração do regimento interno, tendo como base os exemplos dos comitês já existentes. Todas as contribuições serão bem vindas. A criação do Comitê representa um grande avanço para o MRE. O Comitê está subordinado à secretaria geral do Itamaraty, com representantes de vários departamentos.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): Bárbara Campos (MDS) relatou sobre o Comitê de Gênero do MDS. Fez uma explanação sobre a agenda de atividades do Comitê de Gênero do MDS, criado em 2009, envolvendo as secretarias do ministério, com a função de promover a articulação das ações do MDS no PNPM. Em 2012, esse comitê ganhou novo fôlego, com a publicação de uma nova portaria incorporando novos representantes, sendo um titular e dois suplentes de cada área, além de colaboradores do ministério que passaram também a participar das reuniões do comitê. O comitê de gênero do MDS tem hoje formalmente trinta pessoas vinculadas. O comitê já alcançou pequenas vitórias: uma agenda mais ampla, com novo leque de atribuições, início de debates para construção de indicadores e de formas de monitoramento das ações do MDS no PNPM. Comprometeu-se a consolidar uma releitura das ações do MDS no PNPM na próxima reunião do comitê de gênero do MDS em outubro, para ter o balanço, com relatórios, para nossa próxima reunião em novembro. Mencionou que já houve uma rodada de capacitação dos servidores do MDS, que contou com a participação da Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira, e que definiram abrir diálogo dentro do ministério sobre sete ou oito temas principais. Encerrou ofertando que pode compartilhar essa experiência de capacitação para os demais comitês de gênero ministeriais que estão sendo criados.

Ministério das Comunicações (MC): Juliana Góes (MC) informou que a portaria criando o comitê de gênero do MC foi publicada em julho, mas ainda não houve a indicação dos integrantes. Reconheceu a importância de trazer a reunião do Comitê PNPM para dentro do Ministério das Comunicações (o Comitê PNPM passou a ter reuniões itinerantes em 2014, sendo uma em cada órgão membro do Comitê), já sinalizando a importância do tema e pressionando para que essa indicação seja concretizada. Teve a informação esta manhã que a portaria já foi finalizada e está pendente apenas de assinatura. O Comitê de Gênero do MC será composto por doze pessoas no total, incluindo representação do gabinete do ministro. Espera-se que a portaria indicando os membros seja publicada em breve.

Ministério da Cultura (MinC): Marília Goulart (MinC) informou que a Secretária-Executiva do MinC validou a proposta, mas o comitê de gênero ficará vinculado à Secretaria de Políticas Culturais. Relatou que houve uma reunião entre as secretarias, discussões e propostas de metodologia foram debatidas, mas ainda não há as definições para institucionalização do comitê. Ficou definido que o comitê de gênero será independente, separado do comitê LGBT (que está vinculado à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural) e separado do tema de raça (vinculado à Fundação Palmares).

Banco do Brasil (BB): Flávia Bustamante compartilhou que o BB realizou o II Encontro O BB no PNPM, com a presença da Ministra Eleonora Menicucci. Estavam presentes dois vice-presidentes do BB (Gestão de Pessoas e Responsabilidade Sócio-ambiental), além de representantes de dezesseis diretorias do BB, o que evidencia o envolvimento de praticamente toda a empresa com o tema. O objetivo do encontro foi o de prestar contas sobre como estão as ações do BB na parceria com a SPM. Disponibilizou ao Comitê PNPM o que foi apresentado nesse encontro (apresentações anexas).

Caixa Econômica Federal (CAIXA): Márcia Maria de Sá Miranda informou que a CAIXA renovou o patrocínio para o segundo campeonato de futebol feminino e que vem continuando e fortalecendo suas ações para o enfrentamento à violência contra a mulher, por meio da realização de ação com a psicóloga e coordenadora do Centro Especializado de Atendimento às Mulheres, Dra. Karla Sanches, com o tema “A Influência da Violência Psicológica na Saúde Emocional e na Vida Profissional da Mulheres”. Também foi gravado um vídeo e disponibilizado para as dezesseis filiais de gestão de pessoas realizarem rodas de diálogo com os empregados vinculados. A ação faz parte da adesão firmada entre a CAIXA e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Raquel Rizzi (MDA) informou que a diretoria de mulheres rurais tem implementado muitas ações e linhas para melhor condição de vida das mulheres rurais. A diretoria encerrou três editais no mês de setembro: um de organização produtiva para mulheres rurais, que recebeu mais de cem projetos que estão agora em processo seletivo, sendo que uma parcela será contratada ainda esse ano. Houve também chamadas de ATER, uma geral para o Brasil todo e outra específica para o semiárido, estão em fase de processo seletivo. Além disso, houve o seminário sobre demanda e acesso à documentação, para fornecer documentação da trabalhadora rural (civil, jurídica, trabalhista). Houve três seminários no total, com resultados importantes. O MDA continua no esforço de mapear onde estão as mulheres rurais e como têm conseguido acessar a documentação. Há diversas parcerias com estados e muitos mutirões, já tendo sido emitidos mais de 180 mil documentos, com atendimento voltado majoritariamente às mulheres. Trará um detalhamento de todas essas ações na reunião de novembro, próxima reunião e última do ano, para o balanço do MDA no PNPM.

Ministério da Defesa (MD): Coronel Rodrigo Prates (MD) trouxe a notícia da instalação da Comissão de Gênero do MD, fazendo um breve histórico de todo o processo, que partiu de uma Nota Técnica elaborada com subsídios da SPM, fruto de um amplo trabalho interno para argumentar pela necessidade da referida comissão sob a perspectiva da Defesa, como parte de vários esforços para fortalecer a perspectiva de gênero nas Forças. A situação do contexto mundial é argumentação forte, considerando que as mulheres são as mais impactadas em qualquer tipo de conflito. Mencionou a Resolução da ONU nº 1325, que propõe aumento significativo de mulheres em todos os níveis de processos decisórios de prevenção e solução de conflitos. O Ministro da Defesa em 2011 já tinha assinado uma carta de intenções com ONU Mulheres. Em 2012, houve assinatura de um protocolo de intenções entre o MD e a SPM. E em 2013 houve esforços para conseguir aprovação da criação da comissão de gênero, que foi instituída em abril, por portaria ministerial. Após a publicação da portaria que criou a comissão de gênero no MD, houve reunião com chefes de todos os setores para sensibilização da importância do tema. Dia 3 de setembro foi realizada a cerimônia de instalação, com presença dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o que deu ampla visibilidade a todos sobre a instalação da comissão. No dia seguinte à instalação, dia 4 de setembro, foi realizado um micro seminário, com três palestras de capacitação e sensibilização, com a participação da Secretária Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM), a Presidente da ONU Mulheres no Brasil e por fim a perspectiva da defesa. Já foi elaborada uma minuta de regimento. Na composição da Comissão do MD, 30% são mulheres e 70% são homens. Isso porque há poucos oficiais de posto elevado do sexo feminino por enquanto e optou-se por pessoas em postos de decisão para fazer com que as ações sejam de fato implementadas. A primeira reunião desse comitê de

gênero do MD será no início de novembro, para aprovar o regimento interno. Outro passo que foi considerado importante, com base na experiência da Argentina, do Chile e de outros países, é de desenvolver um diagnóstico, para conhecer a situação atual da perspectiva de gênero das Forças, com três enfoques. O primeiro enfoque será um diagnóstico da situação interna. Por exemplo, a Força Aérea já tem na carreira principal os aviadores, as mulheres chegando ao posto de major. Na Marinha, pelo primeiro ano foi permitida a entrada de mulheres na Escola Naval e o ingresso das mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras, do Exército, será a partir de 2017. Hoje, são 6% de mulheres nos efetivos das Forças Armadas. Dessa forma, haverá um incremento de mulheres nas atividades fim (não só nas atividades meio – saúde, administração etc), levando talvez inclusive a uma revisão de legislação etc. O segundo enfoque é o internacional, por exemplo, nas operações de paz, como a MINUSTAH. Há uma ação do PNPM que prevê o mapeamento das forças de paz, analisando onde as mulheres podem ser inseridas. Outra ação, com o apoio da ONU Mulheres, visa a que todos que forem para o exterior tenham uma visão de gênero nas operações de paz. E o terceiro enfoque é o de ações voltadas para as mulheres na família militar (esposas, filhas, ou como mulheres militares), bem como ações voltadas para os maridos civis de mulheres militares.

Todas manifestaram grande satisfação com a notícia do Comitê de Gênero do MD, que representa um grande avanço para o país. E lamentaram que o Ministério da Educação ainda não tivesse tido essa preocupação de institucionalizar um comitê de gênero, considerando a importância de uma melhor perspectiva de gênero nas políticas educacionais para toda a sociedade.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Ana Cândida (MAPA) relatou as atividades do Comitê de Gênero do Ministério da Agricultura, vinculado ao departamento de associativismo e cooperativismo, que foi instalado em março deste ano. Relatou avanços como, por exemplo, o tema gênero ter entrado na reunião do Mercosul para área de agricultura pela primeira vez. Falou da intenção de desenvolver ações para ampliar a participação da mulher nas feiras internacionais. Solicitou sugestões dos presentes, sobre ações que podem ser inseridas nesse projeto sobre as feiras internacionais.

Marília Goulart (MinC) deu notícia do Seminário Nacional sobre Cultura e Mulher, que será realizado no final de outubro/início de novembro, em Salvador, com uma oficina que irá contribuir para ação do Plano Memorial da Mulher, articulado com a SPM.

Por fim, passou-se ao terceiro ponto da pauta, com os informes da SPM sobre as políticas para enfrentamento à violência, as políticas de articulação institucional com vários órgãos e as políticas para autonomia econômica da mulher e avanços no mundo do trabalho (anexo).

Encerrando os debates, a Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira (SPM) agradeceu a presença de todas/os, agradeceu especialmente a Juliana Góes, representante do Ministério das Comunicações, que recebeu essa reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM em sua sede. Reforçado que os membros do Comitê PNPM deverão enviar suas avaliações para a SPM, para que seja consolidado o balanço sobre a implementação das ações do PNPM. O prazo para envio é até o dia 31 de outubro. A próxima reunião será realizada em novembro¹.

¹A próxima reunião deste comitê (53ª reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM) será realizada em novembro no Ministério da Educação – MEC, sala 202 do Edifício Sede (Esplanada dos Ministérios, bloco L). o dia (data da reunião) será confirmado posteriormente.